

CAMINHOS NORTEADORES DE UMA PRÁTICA DE EXTENSÃO¹

GUIDING PATHS OF AN EXTENSION PRACTICE

Maria de Fátima Pereira Alberto¹
Universidade Federal da Paraíba

Eduardo Antônio de Pontes Costa²
Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo relatar as atividades de extensão desenvolvidas junto ao PROCEP (Projeto Comunitário de Educação Popular), mais precisamente na região do Brejo Paraibano. Além disso, pretende-se, neste trabalho, resgatar a trajetória dessa assessoria e realizar uma análise dessas atividades frente à questão da articulação do ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Atividades de extensão; PROCEP; Ensino; Pesquisa.

ABSTRACT

The aim of this article is to report on the extension activities carried out by PROCEP (Community Project for Popular Education), specifically in the region of Brejo Paraibano. In addition, the aim of this work is to recount the history of this advisory service and to analyze these activities in relation to the issue of linking teaching, research and extension.

Keywords: Extension activities; PROCEP; Teaching; Research.

¹ Professora do Departamento de Psicologia / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/UFPB - Campus I. Doutoranda em Sociologia/UFPE.

² Aluno do Curso de Graduação em Psicologia e Bolsista de Extensão/PROBEX/PRAC/UFPB - Campus I

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma experiência de extensão — assessoria a uma ONG que desenvolve um projeto educativo com crianças e adolescentes do meio popular na região do Brejo Paraibano.

O trabalho iniciou-se em abril de 1993, a partir da solicitação do Projeto Comunitário de Educação Popular — PROCEP, de uma assessoria do Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares — SEAMPO.

O PROCEP desejava uma assessoria para analisar as fichas de acompanhamento, avaliação do desenvolvimento biopsicossocial dos seus educandos. As fichas haviam sido elaboradas e preenchidas por eles próprios, os quais encontravam dificuldades para analisá-las. Buscavam o parecer de um grupo de forma que pudesse servir como um termômetro analítico do trabalho deles. A Universidade foi escolhida por dois motivos: primeiro, reconheciam-na como o lugar do conhecimento; segundo, já conheciam o SEAMPO e identificavam-se com a proposta filosófica e ideológica do mesmo.

A ficha constitui-se de um questionário contendo questões fechadas e abertas, englobando os seguintes aspectos: dados de identificação individual e familiar, aspectos comportamentais, físicos e mentais, inter-relação educador-educando e educando-companheiros; participação e desempenho no trabalho, brincadeiras e escolarização; atividades linguística, expressiva e lógico-matemática.

O SEAMPO cuja denominação já esclarece seus objetivos, era composto na época por vários Grupos de Trabalho – GTs. Um desses GTs, era o Grupo de Trabalho Criança e Adolescente, o qual assumiu a referida assessoria. Formado, naquele momento, essencialmente por psicólogos, professores, voluntários e alunos, assumiram o trabalho por considerá-lo pertinente, compatível com a proposta de atuação dos mesmos. Tratava-se de psicólogos preocupados com o desenvolvimento de crianças e adolescentes do meio popular e/ou em situação de risco pessoal e social.

Compreendia-se que a Psicologia ao estudar os fenômenos psicológicos, deve levar em consideração não só os processos internos, que permitem ao homem pensar e sentir o mundo, mas compreendê-los como dialeticamente resultante de um sujeito histórico e social, consequência da sociedade, cultura e da

ação sobre eles. Deste modo, buscava-se compreender como a realidade social da criança e adolescente, do meio popular, molda a sua realidade psicológica.

Optou-se por um trabalho de extensão via assessoria a uma ONG, como sendo uma forma viável para se compreender a realidade social dessa criança e do adolescente. A extensão funciona como uma espécie de via de mão dupla, na qual transitam os conhecimentos da academia e dos movimentos sociais e populares.

É na articulação da tríade do ensino-pesquisa-extensão, que esta última se expõe, ao exercitar os conhecimentos produzidos na academia e sua funcionalidade junto aos grupos de indivíduos com os quais se trabalha.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O PROCEP é uma associação de caráter educacional e social. Tem por objetivo "criar, acompanhar e desenvolver práticas educativas com meninas e meninos do meio popular, solidarizando-se com as lutas pela melhoria da educação da classe trabalhadora." (Relatório de Avaliação do PROCEP, mimeo, 1990).

O PROCEP, originalmente PEM (Projeto Educativo do Menor), nasceu em 1977, ligado à Diocese de Guarabira. Funcionou desde então em algumas cidades do Brejo e Curimatá Paraibano. Encontra-se, atualmente, restrito ao Brejo, nas cidades de Guarabira, Alagoinha e Belém.

As atividades são desenvolvidas em núcleos, denominados de canteiros – uma forma de organização que reúne meninos(as) e adolescentes na faixa etária de 08 a 18 anos, em torno de atividades educacionais e produtivas. Compreendem o processo de formação do cidadão através de educação e trabalho. Até 1996 funcionavam 05 canteiros, com uma média de 150 educandos. Desenvolviam as seguintes atividades: reforço escolar em linguagem, matemática e reconhecimento do meio, planejamento das atividades, acordo de convivência, merenda, previsão orçamentária, prestação de contas, produção (criação de porcos, criação de gado, horticultura, capinagem, produção de feno, serigrafia, fabricação e venda de picolé).

Durante os três anos de assessoria ao PROCEP, vivenciamos momentos conjunturais diferentes para o grupo, os quais demandaram consequentemente formas de intervenção diversas. Podendo ser descritos, para efeitos didáticos de compreensão em três momentos básicos:

1º Momento: Análise das Fichas de Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Biopsicossocial dos Educandos.

A análise das fichas havia nos colocado diante da complexidade que envolvia o trabalho — uma série de dificuldades que se interpunham a leitura e organização dos dados. Faltavam informações imprescindíveis. Elaborou-se um relatório identificando-se as falhas e propondo-se soluções a serem discutidas. As falhas foram organizadas em três blocos, assim denominados:

- **Falhas do questionário** — referiam-se às lacunas existentes com relação à idade, família, escolaridade, escola formal e PROCEP.
- **Questões duvidosas quanto ao seu objetivo** — eram dificuldades encontradas pelos analistas para identificar o que se desejava avaliar, o objetivo das questões, a incompatibilidade da questão com a idade, a forma de avaliar e o parâmetro de avaliação.
- **Falhas no preenchimento** — faltavam informações, havia questionários parcial ou totalmente em branco, preenchidos de forma incorreta ou com dados contraditórios.

Além das “faltas”, os assessores não conheciam na prática o trabalho nos canteiros. Isto prejudicava a compreensão de alguns aspectos imprescindíveis da análise: filosofia do trabalho, relação educador-educando, educando-educando, as relações sociais de trabalho entre coordenadores, educadores e instituição financiadora do PROCEP, relação escola formal - PROCEP e deste com as famílias dos educandos.

Os assessores iniciaram a visita aos canteiros e um processo de reuniões e discussões com coordenadores e educadores em torno do relatório anteriormente citado. Os aspectos apresentados como falhos, gerou discordância interna no PROCEP e deste em relação aos assessores. A discussão conjunta, dos pontos de consenso e dos pontos polêmicos, concretizou-se com um acordo para elaboração e aplicação de um novo questionário a partir deste. Todavia, isto não chegou a concretizar-se.

2º Momento: Redimensionamento da Assessoria

Em decorrência de vários fatores, principalmente financeiros (crises econômicas), o PROCEP começava a desestruturar-se, sem conseguir viabilizar o projeto de autossustentação. Reduziram-se as atividades, o número de canteiros, educadores e educandos atendidos. Representava o encerramento da assessoria.

Apresentou-se a proposta de continuidade da assessoria através do redimensionamento da mesma, tentando contribuir na busca de soluções que garantissem a continuidade do trabalho do PROCEP. Sendo que a assessoria passou a configurar-se sobre quatro eixos: articulação e busca de parceiros, elaboração de projetos, subsidiar teoricamente na capacitação dos educadores e avaliação psicossocial dos educandos.

Desenvolveu-se de modo sistemático um programa de reuniões nos canteiros, momento nos quais discutíamos temas concedentes aos novos objetivos propostos. Ao mesmo tempo, desenvolvia-se um programa de busca de informações, contatos e articulações com instituições governamentais e não governamentais e outros setores da própria UFPB, visando estabelecer parcerias com o PROCEP.

Dentre as várias temáticas trabalhadas nos encontros, destacam-se:

- a transformação do *know-how* e da experiência dos educadores em fonte de financiamento;
- resgate da autoestima dos educadores;
- conscientização dos educadores da necessidade e importância de capacitação formal pelos mesmos;
- escolarização formal: responsabilidade do Estado;
- luta via conselhos e instâncias de defesa dos direitos da criança e do adolescente pela vaga na escola pública e de qualidade;
- importância da parceria do PROCEP com a escola pública;
- resgate da história do PROCEP como forma de encontrar, na luta do passado, subsídios para enfrentar dificuldades atuais;
- reflexão e avaliação do papel dos assessores enquanto psicólogos, pertencentes a uma organização governamental, trabalhando com movimentos sociais.

Além dessas temáticas, outros aspectos foram trabalhados: acompanhamento nos encontros de trocas de experiências dos educadores — o papel dos assessores era contribuir na reflexão das experiências; elaboração de projetos — o que culminou na aprovação de um projeto pelo UNICEF, com o objetivo de fazer articulação dos educandos do PROCEP (excluídos da educação formal), com a escola formal; elaboração e discussão de questionários para levantamento do perfil psicossocial dos educandos e de suas famílias.

3º Momento: Os frutos do 2º momento foram:

- Formação de uma coordenação composta por educadores que percebendo-se como capazes e donos de um saber-fazer, assumiram a responsabilidade pelo processo de reconstrução;
- Viabilização do projeto do UNICEF com a percepção da necessidade de discutir valores arraigados no grupo, retirando-o do isolacionismo e impulsionando-o a novos desafios — parcerias com a escola pública para promover o retorno dos educandos à mesma e o curso de capacitação dos educadores pelo MEB. A associação de todos estes fatores expôs aos assessores do SEAMPO a necessidade de retomar a avaliação psicossocial dos educandos e das suas famílias.

A partir das reflexões, e objetivando a produção de conhecimentos sobre a criança e o adolescente do meio popular, elaboramos um questionário que tinha como finalidade traçar o perfil do educando e da família. Tal instrumento, através dos dados coletados e analisados, nos possibilitam compreender o universo dessa criança e adolescente, sua família — estrutura e dinâmica — relação educador-educando, acesso do educando e da família a bens e serviços públicos.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho de extensão exigiu, dada a dinamização da realidade social que a permeia, um recriar ou fazer constante. Utilizou-se de uma estratégia denominada “bricolagem”, que consistiu no uso de vários recursos teóricos e metodológicos à

medida da necessidade e de conformidade com os momentos anteriormente descritos. Mas a função não se deu por mera justaposição, foi feita a partir de uma coerência lógica, de um fio condutor.

Houve uma concepção teórica e metodológica que norteou e perpassou todos os momentos, que é a concepção que respalda as práticas de trabalho do SEAMPO com movimentos populares — a concepção de educação popular.

Neste sentido, dois aspectos tomaram-se importantes: o primeiro, é que o SEAMPO estava construindo uma concepção e uma forma de fazer extensão — a serviço da hegemonia da classe trabalhadora e dos excluídos. Nosso papel era socializar com os movimentos populares os conhecimentos presentes na academia e reservada a uma minoria de intelectuais (NETO, 1996, p.18). Para fazer isto, aprendíamos e ensinávamos no trabalho com os movimentos populares.

O segundo aspecto refere-se à nossa formação — psicologia — ou mais especificamente as deficiências dela. Não se dispunha na Psicologia de um modelo teórico-metodológico único e acabado que respaldasse o trabalho com uma ONG que trabalhasse com crianças e adolescentes do meio popular. Ressentíamos-nos da inexistência de produções científicas (satisfatórias) pertinentes a crianças brasileiras, do meio popular que ultrapasse a clínica, a escola e o laboratório. Carecíamos de referências que permitissem conhecer a criança na sua totalidade biopsicossocial e intervir, compreendendo-o como sujeito da sua história e cidadão em processo de desenvolvimento.

Estes desafios permitiram construir e a extensão enquanto possibilidade de ação foi importante, porque, através dela aprendemos com os movimentos populares formas de intervenção junto a essa população — pois eles já têm respostas para aspectos que pretendemos sistematizar na academia. Utilizou-se também referências psicológicas e pedagógicas como exemplo: Piaget, Vygotsky e Paulo Freire — adaptando-os às necessidades do trabalho, sempre tendo como preocupação a compreensão do desenvolvimento das crianças e adolescentes dentro de um processo contínuo e integrativo, visando o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, dentro da proposta filosófica do PROCEP.

A produção de conhecimento na extensão fez surgir a necessidade dos recursos metodológicos, instrumentais e técnicos da pesquisa. Utilizou-se como um dos

instrumentos metodológicos a pesquisa participante, por entendermos que a mesma pressupõe uma integração dos investigados à comunidade e não como um “simples” observador alheio aos acontecimentos, porém neles tomando parte ativa.

Neste sentido, a partir das reflexões sobre as possibilidades de trilharmos novos caminhos e encontrarmos ações significativas diante das dificuldades, percebemos que a experiência educativa do PROCEP era, na verdade, um instrumento que, naquele momento de mudanças, respaldava sua luta no processo de transformação social, ou seja, trabalhando com elementos concretos emergidos de sua realidade, geraria questionamentos e inquietações entre os membros do projeto que constroem seu meio, de modo a relacionar os fatos particulares — as reais dificuldades, aos aspectos mais significativos de suas reflexões.

À GUIA DE CONCLUSÕES

Um trabalho de extensão como este requer uma série de análises, tanto do ponto de vista das nuances que o permeia, quanto dos aspectos positivos e negativos que o mesmo conseguiu produzir, para ambos os assessores e assessorados.

O trabalho de assessoria produziu mudanças positivas e significativas para os atores envolvidos — assessores e movimentos populares. No PROCEP pôde-se constatar a evidência clara de algumas modificações (citadas anteriormente) dentro da organização. O trabalho de assessoria foi, inicialmente para eles, objeto de controvérsias, pois se por um lado desejavam e buscavam, por outro lado era visto com receio, pois temia-se uma ameaça à autonomia tão preservada por eles.

No início dos anos 70, os movimentos sociais populares viam a preservação de um certo isolacionismo em relação a outros grupos sociais, quer públicos, quer privados (no sentido de empresas) como algo essencial à sobrevivência e à autonomia dos referidos movimentos. Porém, nos anos 90 a conjuntura nacional e internacional tem impresso a esses movimentos uma outra realidade, o que evidentemente tem provocado mudanças.

Esta assessoria, especificamente, contribuiu para preservar a autonomia do PROCEP, o que não havia sido feito até então. Mantinha-se isolado. A partir da abertura, e a procura dele pela assessoria possibilitou uma certa rede de parcerias

pelo grupo: o que significou o redimensionamento de suas linhas de trabalho, como por exemplo: articulação com a escola pública.

Para os assessores houve o aprendizado de vários aspectos inerentes ao saber-fazer. Produziu-se (e ainda está sendo produzido) conhecimento sobre a realidade social e os diversos sujeitos envolvidos. Conhecimentos que estão sendo levados para a sala de aula, para subsidiar nossas práticas pedagógicas e alimentar a formação de futuros profissionais aptos a atuarem no mercado de trabalho, com experiências condizentes com a realidade social e psicológica da criança e do adolescente do meio popular.

Entretanto, mister se faz relatar e analisar que este processo de parceria não foi fácil, implicou em situações constrangedoras e conflituosas para ambos. Compreendemos que isto aconteceu porque dentre outros fatores envolviam relações de saber e poder e uma tentativa de ambas as partes de garantir a sua autonomia.

Houve erros e acertos por parte de ambos, mas sem dúvida houve principalmente respeito mútuo e o reconhecimento da experiência do outro, das especificidades do científico e do popular e a troca de conhecimentos relevantes para ambos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARDOSO, Franci C. **Os movimentos sociais populares no processo de transformação social**. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Ano X, n.º 33, 1990.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

NETO, José Francisco de Melo. **Extensão Universitária: em busca de outra hegemonia**. In: Revista de Extensão, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Ano I, n.º 01, p. 09-21, jun. 1996.

Relatório de Avaliação do PROCEP, mimeo., 1990.

ⁱ Este trabalho foi publicado originalmente na Revista de Extensão da Universidade Federal da Paraíba. Ano III, n.8 (dez.1998). João Pessoa: Editora Universitária, 1998.